



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda 5

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME

SUGESTÃO DE EMENDA N.º 5 DE 2006
(Do Sr. Dr. HELENO)

Requer seja apresentada por essa Comissão de Minas e Energia, emenda de Comissão em favor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – **ANP** -, com o objetivo de incrementar a Prospeção de Petróleo e Gás Natural no âmbito Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro de V. Ex^a a apresentação pela Comissão de Minas e Energia de emenda de Comissão no valor de **R\$ 200.000.000,00 (DUZENTOS MILHÕES DE REAIS)**, em favor da ANP, com o objetivo de incrementar a Prospeção de Petróleo e Gás Natural no âmbito nacional.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A política energética nacional, nos termos do artigo 1º da Lei 9.478/97 e por meio da Resolução n.º 8, de 2003, do CNPE, determina que o Brasil deve buscar a auto-suficiência e manter a relação reserva-produção. A mesma foi alcançada em 2006, mas é necessário que novas reservas sejam descobertas para que a auto-suficiência seja sustentável além de 2010-2012, sem prejuízo para a relação reserva-produção.

A Agência vem intensificando seus esforços no sentido de viabilizar a aquisição, integração, interpretação e reinterpretação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dados geológicos e geofísicos e a modelagem de bacias sedimentares. Essa atividade tem por objetivo demonstrar o potencial exploratório das áreas a serem licitadas.

Ainda assim somente 3% da área sedimentar brasileira com interesse para petróleo estão sob concessão e apenas 9 das 29 bacias sedimentares com interesse exploratório são produtoras de óleo e gás natural. Ressalte-se que existe um período entre 5 e 10 anos a partir do momento em que há uma descoberta comercial até o início da produção, de modo que das licitações de hoje depende a manutenção futura da auto-suficiência.

Os resultados obtidos com as rodadas de licitação têm, além dos impactos de longo prazo decorrentes do esforço exploratório, outros mais imediatos ligados a atração de novas empresas para o país, o pagamento dos Bônus de Assinatura, a definição de conteúdos mínimos locais de aquisição de bens e serviços. Só em Bônus a 7ª Rodada arrecadou R\$ 1,1 bilhão, com uma estimativa mínima de investimentos de R\$ 1,7 bilhão por parte das novas concessionárias nos próximos 6 anos. Além disso, os investimentos realizados na exploração e produção de petróleo e, posteriormente, o pagamento de *Royalties* e Participações Especiais trazem enormes benefícios para a economia de Estados e Municípios.

Para tal, os estudos de Sistemas Petrolíferos, de Geologia e Geofísica, de dados sísmicos, geoquímicos e dados Aerogravimétricos, programados para 2007 e já em processo de licitação, têm por objetivo viabilizar a oferta de setores na nona Rodada de Licitações. A inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

A impossibilidade de executar essas atividades, resulta na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

perda gradativa de atratividade das áreas oferecidas nas próximas rodadas de licitações.

Note-se que a receita da participação especial e *royalties* é calculada com base na produção, e que a perda de atratividade das rodadas de licitações, pela ausência dos estudos necessários para valorizar as bacias, cria uma tendência de estagnação ou queda dessa receita no futuro, o que também é prejudicial aos cofres públicos nas três esferas de poder.

É importante lembrar que os contratos em fase de produção são responsáveis pelo pagamento de *Royalties* e Participações Especiais à União e a 10 Estados e a cerca de 800 Municípios. Essas receitas têm significado melhoria de qualidade de vida e dinamização econômica das unidades beneficiadas.

A perda de atratividade das áreas oferecidas, poderá, ainda, impactar negativamente nossa capacidade de repor reservas e manter a auto-suficiência na produção, em decorrência da impossibilidade de executar a política energética nacional que prega a intensificação das atividades exploratórias. Mesmo um tardio investimento elevado em estudos e serviços de geologia e geofísica nos próximos anos pode não ser suficiente para recuperar o tempo que está sendo perdido com a falta de investimentos de 1998 até 2004, reduzidos em 2005 e 2006. Como as atividades de exploração têm um tempo de manutenção lento, com resultados de longo prazo, a retomada imediata dos investimentos é absolutamente imprescindível.

Assim, a realização dessas atividades depende do acréscimo de R\$ 200 milhões, aos valores constantes da PLOA.

Sala das Comissões em, 06 de novembro de 2006.

Dr. HELENO
Deputado Federal